
OBRIGAÇÕES E TRIBUTAÇÃO SOBRE A EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO NA EMPRESA GTFOODS

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade estabelecer os métodos utilizados e os órgãos envolvidos nos processos de exportação de carne de frango realizados na empresa de Paranaíba, no estado do Paraná-Brasil. Com o intuito de mostrar a importância do comércio exterior para o país, sua empregabilidade e também aborda o compromisso do governo no intuito de incentivar e encaminhar os recursos para que as transações comerciais internacionais ocorram de forma simplificada. A exportação da carne de frango demanda algumas regularidades específicas e essenciais para a sua finalização, com isso, é preciso ter em mente que o profissional contábil pode apostar nessa área que esta em progressão.

Palavras chave: Exportação, Tributação, Procedimentos.

1. INTRODUÇÃO

Ao abordar esse tema pretende-se transmitir a importância exercida pela exportação da carne de frango no Brasil, e o quão importante é para a economia e desenvolvimento do país.

A exportação de carne de frango tem grande influência da Balança Comercial no Estado do Paraná e no Brasil, as estatísticas mostram que entre os meses de janeiro a maio de 2018 foram exportados 600.126.164 kg de frango perfazendo um total de US\$ 915.180.531 no Paraná, enquanto no Brasil 1.607.606.608 kg e perfazendo então US\$ 2.528.680.923 segundo os dados da SINDIAVIPAR.

Atualmente o Brasil é considerado um dos maiores exportadores de carne de frango do mundo, com isso proporciona em média 3,5 milhões de empregos no Brasil.

O objetivo é demonstrar as obrigações fiscais, documentais e sanitárias envolvidas no processo inerente à exportação de carne de frango no Brasil.

Os objetivos específicos que nortearão o trabalho são:

- Quais as obrigações fiscais necessárias para exportar carne de frango no Brasil
- Quais os procedimentos documentais exigidos para exportar carne de frango no Brasil
- Quais as obrigações sanitárias referentes à exportação da carne de frango.

Esse apetite traz capacidade de negociação externa, acarreta melhorias sociais e econômicas para a sociedade e, em específico, para o profissional contábil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Globalização:

“Globalização é um termo que é usado para indicar um aumento na integração econômica entre as nações. A crescente integração é observada no crescimento expressivo do fluxo de bens, serviços e fundos cruzando as fronteiras nacionais” (Samuelson, 2012, p. 27).

A globalização é uma forma de harmonização entre vários Países, culturas e economias, levando a expansão do capitalismo.

Importância do Comércio Exterior:

A troca de bens vem mudando e transformando suas bases, proporcionando a cada consumidor ou comprador, relações externas através da internet.

“A importância dos relacionamentos transcende os motivos materiais, podendo estar relacionadas a motivos comerciais em que a compra e venda de mercadorias podem fazer parte de um conjunto mais abrangente de contatos e ações entre países” (Keed,2007, p.19).

Importância da Exportação:

“A importância da exportação está na diversificação de mercados, deixando de atuar apenas no mercado interno e passando a atuar nos mercados estrangeiros, aumentando o seu leque de compradores e, em consequência, reduzindo seus riscos de crise de mercado” (Keed, 2007, p. 22).

“Quanto mais inserido na economia mundial melhor será a condição de competitividade do país e das suas empresas” (Keep, 2007, p. 26).

“O comércio internacional de bens e serviços permite aos países aumentar os seus padrões de vida, especializando-se em áreas com vantagem comparativa, exportando bens e serviços em que sejam relativamente eficientes e importando aqueles em que sejam relativamente ineficientes” (Samuelson, 2012, p.480).

Segundo o site da ABPA – Associação Brasileira de Proteína animal: “Hoje, mais de 150 mercados são importadores da carne de frango made in Brazil. Pelos portos do país, são quase quatro milhões de toneladas embarcadas anualmente, quase um terço de tudo o que se produz no país.”.

“Nas granjas brasileiras, a excelência tecnológica em genética, manejo e ambiência garantiram saltos produtivos que colocaram o país como terceiro maior produtor mundial de carne de frango, com mais de 12 milhões de toneladas anuais de carne de frango.”

Tendo visto que a carne de frango através da exportação nos traz importantes benefícios econômicos e sociais, buscam-se cada vez mais caminhos para que a rentabilidade cresça, o desempenho na produção e suas tecnologias levaram o Brasil à exportação da carne de frango.

IE – Imposto de Exportação

“É o imposto federal, incidente sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados” (Ashikaga, 2004, p.14).

Toda corporação que pretende exportar precisa ter em conta o roteiro da exportação, conhecer o país importador, seus costumes e hábitos, verificar se a empresa cumpriu com os requisitos impostos pelo importador, juntamente com seus benefícios e quais tributos serão reduzidos, enfim, uma lista de procedimentos a seguir para colocar seu produto no exterior.

A importância desse projeto consiste na observação e acompanhamento da economia do Brasil nos últimos anos, e segundo a Apex-Brasil, o crescimento da exportação da carne de frango, que será o objeto de estudo desse trabalho, tem sido um grande aliado para a balança comercial, para a conquista do seu superávit.

Segundo o Art. 3º do Código Tributário Nacional, “tributo é toda prestação compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção ou ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”.

O tratamento fiscal das exportações é parte essencial e importante na empresa, onde o profissional contábil pode atuar, devido aos seus conhecimentos para a contabilização dos impostos que incidem no comércio exterior, e em contrapartida seus créditos fiscais.

Devido à grande concorrência que derivam os produtos exportados é importante que a tributação seja reduzida, ou nula, para que os preços dos produtos não sejam acentuados, e cause recusa no mercado importador, (Maia, 2008).

O Brasil é o país com maior carga tributária do mundo, sabendo disso é interessante observarmos essa etapa da exportação dos produtos, pois nela muitos impostos estão isentos. O profissional que toma para si essa atividade tem que estar sempre atualizado, devido à frequência com que se revogam as leis tributárias.

Segundo Ashikaga, 2004, “exportação é à saída de mercadorias ou bem do território aduaneiro que, nos termos do artigo 2º do Regime Aduaneiro (RA), compreende todo território nacional. É remeter, transportar, enviar para fora do País mercadoria nacional ou nacionalizada,”.

Território Aduaneiro alcança todo o território nacional, inclusive o mar territorial, as águas territoriais e o espaço aéreo correspondente.

Para que as empresas sejam capazes de acompanhar as mudanças que ocorrem no mercado e para elevar a competitividade, é preciso se conhecer e se aperfeiçoar de diversas formas seus produtos, havendo uma diversificação e uma inovação constante de negócios, mudando também o método e o processo de todas suas envolventes.

O comércio exterior que será abordado neste artigo sobre a perspectiva da exportação, que é a troca de bens e/ou serviços entre diversos países (Blocos econômicos e acordos) através da abertura de fronteiras possibilitam compra e venda de produtos para suprir suas necessidades comerciais, políticas ou interesse em produto. Comércio exterior para grande parte da economia é o caminho a seguir para o desenvolvimento, pois é através dele que a empresa considera aumentar ou não a produtividade de determinado produto.

É de suma importância que se compreenda como é a potencialização do processo de exportação, desde seu primeiro contato com o importador até que a mercadoria esteja pronta para exportar.

O profissional contábil juntamente com o profissional de comércio exterior está interligado, onde cada uma das partes será responsável por uma parte do processo, conquistando assim, o melhor resultado para negócio.

Nesse contexto mostra de uma forma rápida, mas clara as rotinas que a empresa precisa seguir no momento em que pretende colocar seus produtos para exportação, (IUDICIBUS AT AL MARION, 2010).

Os incentivos Fiscais que são provenientes da exportação são abordados em diferentes perspectivas de para sua utilização, que são os canais de distribuição na exportação, segundo (Garcia, 2004):

- Exportação direta;
- Exportação indireta;
- Venda de uma trading company ou venda de mercado interno equiparado à exportação;
- Incentivos.

É importante selecionar os mercados para saber onde e para quem vender pesquisar o mercado que se pretende atingir, e se o local é propício ao seu produto.

Os registros fiscais são indispensáveis para a operação de exportação da empresa, são eles que registram todo evento efetuado pela empresa, relacionados às práticas de exportação (Garcia, 2004, p.131).

A determinação do preço de exportação engloba uma serie de parâmetros e detalhes que são importantes para que a empresa obtenha o lucro desejado. O custo de produção do produto, como será o método para comercializar o produto, marketing, a concorrência são fatores que alteram o preço do produto.

A determinação do preço de venda do produto para o exterior irá definir se a empresa será competitiva ou não no mercado internacional.

O Roteiro de exportação traz as etapas do processo, que irão proporcionar uma melhor inspeção para que sejam executados todos os processos.

A contratação de frete e seguros “os INCOTERMS (International Commercial Terms) são as regras de âmbito internacional e de caráter facultativo que definem responsabilidade quanto ao pagamento de frete, seguro e despesas portuárias” (Iudícibus, Marion, 2010, p.372).

Os itens acima possuem um nível de atuação importante, pois ocasiona competitividade no produto exportado.

A fiscalização de embarque serve para que se verifique se o produto esta de acordo com o estabelecido na Nota Fiscal e Registro de Exportação.

Após o embarque do produto a empresa que exporta deve enviar os documentos ao banco negociador do câmbio contratado.

Contratação de Câmbio “é a operação pela qual o exportador vende a um banco (autorizado a operar em câmbio) as divisas resultantes do negócio efetuado ou ser efetuado ou recebe em troca o direito a crédito correspondente em reais” (Iudícibus, Marion, 2010, p.372).

Existem dois modelos de adiantamentos:

- ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio;
- ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregues.

O primeiro acontece quando o exportador recebe em real, um preço certo, é a antecipação de uma venda futura, enquanto que o segundo é a antecipação em reais ao exportador, após o embarque do produto para o exterior, mediante venda.

Na parte contábil, consideramos a contabilização e o momento de reconhecimento, que tem como objetivos segundo Iudícibusat Marion, “registrar o fatos relacionados com exportação; e selecionar valores utilizáveis para fins de incentivo do Imposto de Renda”.

3. METODOLOGIA

Os objetivos propostos neste projeto em uma primeira fase serão apresentados por uma pesquisa bibliográfica, no intuito de obter conhecimento prévio sobre o assunto abordado.

A pesquisa bibliográfica é feita através do estudo de diferentes livros e artigos realizados, (Gil, 2002).

Segundo Gil, 2002, “pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema”.

A segunda fase consistira em um estudo de caso que de acordo com Gil, 2002, “é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Serão realizadas entrevistas para expor diferentes pontos de vista e para ter uma maior abrangência do assunto apresentado para o tema.

O Tipo de pesquisa será descritivo, através de coleta de dados.

A natureza da pesquisa será qualitativa, pois apresenta os resultados através de percepções e análises.

Utilizaremos a técnica da análise de documentos, pois a análise de sites, softwares, revistas, jornais, livros e relatórios configuram uma análise documental.

Esse método também vale quando há uma consulta de documentos legais para realizar a pesquisa, como leis, regulamentos e normas técnicas.

O estudo será realizado com a documentação suporte fornecido pela empresa GT Foods.

Este estudo foi elaborado através de dados fornecidos pela empresa GT Foods, que atua no ramo de comércio de carne de frango, que hoje exporta para mais de 100 países, sendo a 4ª maior empresa do segmento avícola.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS

A pesquisa efetuada neste estudo mostra que para se exportar carne de frango precisa-se observar uma série de rotinas, referentes a diversas obrigações fiscais, documentais e sanitárias que serão necessárias para que o embarque do produto seja concluído.

4.1 OBRIGAÇÕES SANITÁRIAS

Para toda empresa que pretende exportar carne de origem animal é imprescindível que se atenda a algumas exigências sanitárias internacionais relacionadas ao país que se objetiva.

Compete ao Ministério da Agricultura, com intermédio da Secretaria da Defesa Agropecuária atuar de forma persistente para o cumprimento da legislação e normas sanitárias impostas, para a preservação do produto.

Esses requisitos são regulamentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, entretanto quem se encarrega de certificar que essas normas estão sendo cumpridas é a ANVISA (Agência de Vigilância Sanitária).

Para a empresa que tenciona executar a exportação de carne de frango fica imprescindível que se faça o Registro da empresa no SIF - Serviço de Inspeção Federal do MAPA, que é quem libera a carga para ser exportada e quem determina toda rotina sanitária dos produtos.

CSI - Certificado sanitário internacional - Emitido pelo SIF (sistema de inspeção federal) é aceito em todos os países, no entanto, terá de ser admitido nas autoridades sanitárias do país importador, esse certificado será exclusivo para aquele produto que foi aprovado, no qual cada empresa que tenciona potencializar uma venda para o exterior disponha deste certificado.

Fica determinante para a empresa que realiza a emissão do CSI, pois somente através dele o produto estará autorizado a entrar no país importador.

Com a validação da habilitação para exportar, sendo esta expedida pelo DIPOA (Departamento de inspeção de produtos de origem animal), a empresa estará inserida na lista geral/específica das instituições exportadoras habilitadas ao comércio exterior.

4.2 OBRIGAÇÕES DOCUMENTAIS

Os principais documentos exigidos para que a carne de frango seja exportada de forma regular são informados a seguir.

Apresentação dos documentos:

1. FATURA PRO FORMA:

A verificação do pedido do importador, com a cotação que lhe foi remetida.

É a fase de negociação entre importador e exportador para a conclusão do negócio, a fatura deve ser redigida em inglês ou no idioma do país de origem, e compõe todas as informações que foram decididas.

2. REGISTRO DE EXPORTAÇÃO:

E composto por informações comerciais, financeiras, cambiais e fiscais que caracterizam a operação de exportação de uma mercadoria e definem seu enquadramento.

O RE é cadastrado pelo exportador através do SISCOMEX (Sistema integrado de comercio exterior), e cabe a ele fornecer as informações necessárias para sua efetivação.

3. NOTA FISCAL:

Esse documento acompanha a mercadoria desde a empresa até o seu embarque para o exterior.

A Nota fiscal é elaborada de acordo com a legislação do Fisco/Tributária.

Os dois documentos citados acima amparam somente o trânsito interno, não sendo acompanhadas as mercadorias no exterior.

4. FATURA COMERCIAL (COMERCIAL INVOICE)

Documento representa a operação comercial é emitido pelo exportador para oficializar a cedência de propriedade da mercadoria para o importador.

Nela compreende se todas as informações relatadas na fatura pro fora, e alguns aspectos relevantes a exportação.

5. CONHECIMENTO OU CERTIFICADO DE EMBRAQUE

É o contrato de transporte, e o comprovante de entrega da mercadoria.

6. SAQUE- CAMBIAL / DRAFT

É o titulo de crédito sacado por um credor contra um devedor, ordem expressa para que o devedor pague determinada quantia à determinada pessoa, em prazo e local acertado.

Esse documento pode ser dispensado.

7. ROMANEIO / PACKING LIST

É emitido pelo exportador caso o embarque compreenda mais de um volume.

No romaneio estão descritos todos os produtos de cada volume, para auxiliar o importador, facilitando sua conferencia.

8. CERTIFICADO DE ORIGEM

É uma declaração de que a mercadoria é originária daquele país.

Tem como finalidade atender a acordos comerciais firmados entre exportador e importador.

9. LISTA DE PESOS:

Discrimina os pesos líquido e bruto de cada volume.

10. CERTIFICADO FITOSSANITARIO (PHYTOSANITARY CERTIFICATE)

Documento que atesta a salubridade, ausência de moléstias, pragas nas mercadorias a serem exportadas, é emitido por uma entidade especializada governamental ou não.

11. CERTIFICADO DE ANÁLISE

Apresentação por entidade especializada ou pelo próprio exportador, apresentando a análise da mercadoria exportada.

12. CERTIFICADO DE QUALIDADE (QUALITY CERTIFICATE)

Certificado da mercadoria exportada.

13. FATURA CONSULAR (CONSULAR INVOICE)

Documento exigido por alguns países, para permitir o ingresso de mercadorias estrangeiras em seu território.

4.3 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Para o tratamento tributário na exportação de carne de frango abordam-se alguns aspetos relevantes que se descreve ao decorrer do projeto.

O Imposto de Exportação decorre de eventos geradores, que estão relacionados com a economia do país.

Quando se trata de exportação observa-se que alguns impostos são isentos como o IPI (Imposto sobre os produtos industrializados), o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o PIS e COFINS que são respectivamente, Programa de integração social e Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social incidente sobre o faturamento da empresas.

O Imposto de Exportação pertence à União e tem função extra fiscal, é um instrumento de intervenção estatal na economia do país. Atua como

regulador do Estado para o Comércio Exterior, e detém a autoridade para que quando necessário aja em conformidade para equilibrar a economia nacional.

Tem como fato gerador a saída de mercadorias do território nacional, onde a partir do momento que a Guia de exportação é emitida consideramos o imposto.

Para a exportação da carne de frango a alíquota do IE é de 30% (trinta por cento), torna-se importante salientar que essa alíquota pode ser reduzida ou aumentada de acordo com as finalidades da política econômica. A base de cálculo é feita em cima do preço normal do produto.

A empresa trabalha com Exportação Direta, com isso, ela fica isenta a tributação de IPI e não acontece a incidência de ICMS. Fica concedida a preservação de créditos fiscais nos insumos que forem empregues no processo produtivo.

No caso do COFINS, as mercadorias para exportação não sofrem incidência sobre o faturamento na empresa de 7,6%.

O PIS cuja alíquota é de 1,65% sobre a receita operacional bruta, em mercadorias de exportação não provoca incidência.

A empresa GT Foods permanece no regime DRAWBACK que é um incentivo à exportação que permite a suspensão ou eliminação dos tributos incidentes nos insumos importados para um produto exportado.

O regime drawback suspensão, isenção:

- a. Suspensão do pagamento de tributos sobre a importação de mercadoria a ser importada, após beneficiamento, ou destinada à fabricação, complementação ou acondicionamento de outra mercadoria a ser exportada;
- b. Isenção dos tributos que incidem sobre a importação de mercadoria, em quantidade e qualidade equivalente à utilizada no beneficiamento, fabricação, complementação ou acondicionamento de produto exportado.

As exportações dos produtos produzidos por esse regime ficam em débito com a receita federal, por isso, é necessário que as exportações aconteçam no período máximo de um (um) ano, contando da aprovação do plano de exportações, prorrogável uma vez.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo apresentam-se as idéias em relação aos objetivos propostos anteriormente e as suas conclusões que no decorrer do trabalho foram aperfeiçoadas.

A exportação de Carne de frango atualmente tem um impacto fundamental para economia do país, repercutindo na balança comercial de forma positiva. Analisando o conteúdo exposto no artigo podemos salientar a sua logística geral que promove os recursos e informações das atividades e a conexão necessária para o seu sucesso.

O Brasil é um dos maiores exportadores de carne de frango do mundo, com isso, é necessário que a empresa habilite os produtos segundo as exigências do país importador. Para que a carne de frango seja capaz de ser exportada tem a responsabilidade de passar pela fiscalização do Ministério da Agricultura e seus órgãos regulamentadores, que realizam a inspeção para o certificado, e disponibilizará a empresa na lista geral/específica das instituições exportadoras.

Para que a exportação seja realizada conforme as prescrições básicas, é necessário seguir uma rotina documental desde o início da negociação com o importador até o produto a ser exportado encontrar-se confiado ao seu destino final.

Todas as rotinas documentais apresentadas no capítulo acima auxiliam as empresas para que as informações fundamentais não se percam e que o produto a ser exportado atenda sempre os regulamentos. A Rotina é elaborada primeiramente pela negociação do exportador e importador, deve estar cadastrado no RE, que tem todas as características. Nota fiscal acompanha a

mercadoria, a fatura comercial concede a mercadoria ao importador, quando o embarque é feito em mais de um volume é emitido o romaneio.

Torna-se necessário um conjunto de certificados para salvaguardar tanto a empresa exportadora quanto a importadora, sendo indispensável que se comprove sua legitimidade e segurança para o ingresso no país exportador.

Quando se aborda o assunto exportação consideram-se também os benefícios fiscais que ela traz para a empresa, tendo em vista que, com a globalização os produtos ficam cada vez mais acessíveis a diversas partes do mundo, facilitando sua compra e venda, possibilitando para as empresas brasileiras uma concorrência internacional igualmente competitiva.

Ao analisar o regime drawback se percebe que até mesmo os insumos decorrentes de importação que são empregados no tratamento do produto, ou seja, a carne de frango fica isenta ou suspensa.

O objetivo proposto nesse trabalho sugere atenção às partes integrantes da exportação da carne de frango levando em consideração que os processos de progressão econômica passam pela internacionalização.

Considera-se o objetivo alcançado, pois se determinou todos os fatos envolventes no processo de exportação a que se propôs o trabalho. Apresenta-se aqui indicado o conjunto de obrigações fiscais, sanitárias e tributárias que são necessárias para o processo de exportação da carne de frango.

Compete aos Ministérios brasileiros assegurar que as certificações necessárias não provocam nenhum tipo de divergência internacional e protejam a sistematização de todo o processo.

Vale salientar que para todo esse processo existem pessoas capacitadas para sua execução, e o contador pode vir a assumir grande parte dessa responsabilidade para si.